



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

UMA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ACADÊMICO DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA PET- CONEXÕES DE SABERES NOS CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO EM RECIFE, CARUARU (CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA) E VITÓRIA DE SANTO ANTÃO (CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA - CAV)

JULIELY RODRIGUES DE ARAUJO

UFPE

juliely17@hotmail.com

LUCIANA MARIA DA SILVA

UFPE

lucyms23@hotmail.com

SUELY MARILENE DA SILVA

UFPE

suely.marilene@gmail.com

ERIKA CRISTINA DA SILVA

UFPE

erika_cs@live.com

ANA LÚCIA FONTES DE SOUSA VASCONCELOS

UFPE

anafontes_ufpe@yahoo.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo evidenciar o desempenho acadêmico dos bolsistas do Programa de Educação Tutorial PET Conexões de Saberes na Universidade Federal de Pernambuco. Fatores sociais, econômicos e políticos fazem com que o acesso e permanência dos jovens que possuem algum tipo de fragilidade social nas Instituições de Ensino Superior sejam, no mínimo, complexos. O artigo se inicia mostrando a discussão existente no âmbito acadêmico quanto à criação de políticas públicas de ações afirmativas que incentivem a permanência dos graduandos nas universidades e em seguida apresenta os resultados obtidos com a realização da pesquisa bibliográfica e elaboração do questionário-piloto, segundo o tipo de pesquisa qualitativa e de pesquisa-ação. A coleta de dados foi feita nos campus da Universidade Federal de Pernambuco, localizados nas cidades de Recife, Caruaru e Vitória, com integrantes dos cinco PETs Conexões de Saberes existentes na instituição.

Palavras-chave: Desempenho acadêmico. Ações afirmativas. Permanência. Retenção. Evasão.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Vasconcelos *et al* (2014), “a permanência na universidade exige um percurso que não é constituído de forma simples, devido a determinantes sociais, econômicos e políticos, enfrentados muitas vezes no silêncio do estudante, sendo refletidos na evasão e retenção”. Em contraponto, a gestão educacional tem buscado desenvolver Políticas Afirmativas que minimizem esses fatores. Neste estudo, os olhares estarão voltados para o Projeto de Educação Tutorial- PET Conexões de Saberes, sob as perspectivas dos cinco grupos (PETs Conexões de Saberes) existentes na Universidade Federal de Pernambuco.

As Políticas de Ações Afirmativas surgiram de uma demanda da sociedade de reparar danos históricos sofridos em várias dimensões sociais. Não apenas em relação à cor, etnias, mas também em relação aos atrasos educacionais que determinado país possuía.

A necessidade de aplicar as políticas de ações afirmativas no Brasil transcorreu devido ao histórico de sua formação social. Com o fim da escravidão no país, a determinação de quem realizaria certos tipos de trabalhos era feita pela cor da pele, onde brancos ficavam com as melhores ocupações e os negros com aquelas que eram rejeitadas por estes. Por isso, que a transição entre escravo e cidadão trouxe consigo uma mentalidade de atrasos, que as políticas públicas tentam minimizar, conforme Barros (2005:91):

No período em que a lei da abolição constrói uma suposta igualdade entre todos os brasileiros, o acesso á educação pode ser entendido como uma das fontes de poder que fundamentariam a manutenção da superioridade dos brancos. Se durante a vigência do regime escravista a diferenciação se dava basicamente pelo status de livre em oposição a escravo ou ex-escravo, no período em que se debate a abolição e, portanto a igualdade, novos mecanismos tiveram de ser acionados para manter essa desigualdade. Entendemos que o acesso a escola era o elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população.

Essas desigualdades ainda são percebidas no contexto da educação superior dentro das IES do país, onde a maioria dos alunos oriundos das classes populares possuem dificuldades para concluir seus cursos. De acordo com Andrade (2012), dados das PNADs/ IBGE (2009) revelam que quanto mais pobres, menores são as chances de acesso dos jovens ao ensino superior. Por isso, que existe dentro das políticas públicas um olhar mais abrangente para estudantes nessas condições.

Através do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes, buscam-se identificar com que intensidade esse programa atinge a vida dos seus integrantes. A amplitude alcançada por este em outras áreas da vida do participante, permitiu uma visão geral dos impactos ocorridos. Segundo Cohen & Franco (1999:94),

O impacto é a consequência dos efeitos de um projeto ou prática social. Expressa o grau de consecução dos objetivos em relação à população-meta do projeto. E ainda, o impacto pode ser medido em distintas unidades de análise: a do indivíduo ou grupo familiar, ou em distintos conglomerados societários (comunitário, regional, nacional).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo evidenciar o desempenho acadêmico dos bolsistas do Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes nas dimensões de ensino-pesquisa- extensão através dos resultados obtidos a partir da aplicação de instrumentos de coleta de dados, questionários semiestruturados, com os bolsistas participantes do programa; da identificação do protagonismo de atuação comunitária dos bolsistas, proporcionando diálogo entre a universidade e espaços populares, através de suas participações com projetos de extensão; do levantamento quantitativo da participação dos alunos em eventos científicos através da plataforma Lattes; e da análise das variáveis de desempenho acadêmico dos bolsistas do programa, através dos históricos escolares pelo índice de coeficiente de rendimento global.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A LDB determina ainda que "a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais" (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI). Reforçando o direito de permanência com qualidade pode-se também citar o Plano Nacional de Assistência Estudantil, defendido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), apresentando as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos que viabilizem o acesso, permanência e conclusão do curso pelos estudantes, buscando reduzir as desigualdades socioeconômicas a partir de políticas que articulem ensino, pesquisa e extensão e evitem casos de retenção ou evasão.

A retenção é traduzida como a condição de um aluno, após um número máximo de anos e/ou período manter-se ainda, matriculado em um curso em um tempo maior do que o planejado pelo currículo de determinada instituição. Segundo Alda Costa (in: DALBEN, 2000:92) a retenção já havia sido entendida como elemento de coerção, tanto pelos professores como pelos alunos e seus familiares. Portanto,

[...] a retenção constitui um elemento básico de controle político-pedagógico, que instrumenta as relações professor-aluno enquanto relação de poder autoritária. Não se pretende afirmar que a justificativa sobre o descompromisso dos alunos seja infundada. Pelo contrário, a existência desse tipo de relação constitui a outra face da moeda dessas relações de poder: em parte, denota a interiorização dessa mesma cultura política pelos alunos, numa visão que legitima o uso da coerção como elemento indispensável da ordem social, o que reflete uma concepção de cidadania construída historicamente e compartilhada pelos atores sociais envolvidos no processo educacional escolar e familiar.

Percebe-se que as questões de permanência vão além do núcleo medidas de acesso ao ensino superior. Esta discussão sobre ações de políticas afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva, através dos marcos legais dessas ações, que estão pautadas na

nossa Constituição, abrangem a discussão para um âmbito internacional mostrando que essa promoção de Igualdade iniciou-se nos EUA (GOMES, SILVA: 2003).

Já a “evasão universitária”, não sendo um termo consensual, pode ser definida como a saída do aluno do seu curso sem concluí-lo. Há uma diferença entre evasão e mobilidade que é a migração do aluno para outro curso, ou seja, uma transferência interna, segundo Ristoff (1999, apud RIBEIRO, 2005). De acordo com Pereira (1995, apud RIBEIRO, 2005) exclui a opção da mobilidade trazida por Ristoff (1999) e compartilhada pela Comissão Especial do MEC, Brasil (1995), e afirma que a evasão ocorre quando o aluno sai da universidade sem concluir “nenhum” curso, ou seja, o aluno desiste de um curso e passa para outro, ou até mesmo sai da IES, definitivamente ou temporariamente. Assim define Ribeiro (2005:56):

Evasão do curso: desligamento do curso superior em função de abandono (não matrícula), transferência ou reescolha, trancamento e/ou exclusão por norma institucional; evasão da instituição na qual está matriculado; evasão do sistema: abandono definitivo ou temporário do ensino superior.

Na busca de responder a essas questões é que nascem as políticas públicas de ações afirmativas nas IES, medidas especiais e temporais, fomentando editais com cunho pedagógico proporcionando uma correção de desigualdades sociais e reafirmando seu compromisso social com as camadas historicamente excluídas da educação pública superior no Brasil (PIOVESAN, 2007: 221). Essas medidas estão inseridas no direito à educação prevista no art. 6º da Constituição Federal de 1988, que tratou dos direitos sociais, e encontra sua regulação específica no Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, a partir do artigo 205. De acordo com este artigo, “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição”.

2.1 AS POLITICAS SOCIAIS NO ENFRENTAMENTO DA EVASÃO E RETENÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

2.1.1 SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O serviço Social acredita na luta dos cidadãos, estes que são sujeitos de direitos sociais os quais se constituem como parte da sociedade civil, que se organizam e exigem a atuação do Estado, implantador das políticas públicas, essas políticas sociais remetem a democracia participativa que favorece o advento necessário de uma sociedade, que se objetiva a probabilidade de garantir os direitos sociais. Não como uma bondade, mas de fato direito desses indivíduos: Secchim, (1999)

O exercício do Estado deve ser pautado nas políticas originadas da sociedade civil e que se formam com a prática da cidadania que se postam frente ao Estado não o considerando um Estado tutelar, doador, assistencialista, compensatório, mas controlando o Estado, tentando colocar no Estado o que convém aos cidadãos... O que se defende é que mais do que ofertar serviços sociais, as ações de políticas públicas devem se voltar para a garantia de direitos sociais, já que a ordem

democrática preconiza o direito fundamental de todos os cidadãos, o direito a ter direitos.

Em relação à questão do direito acima citado Mondaini (2008:56) em seu livro *Direitos Humanos* mostra:

Porém, a necessidade da construção de uma história dos direitos humanos não é mais urgente que o imperativo de levar a discussão sobre os direitos humanos para o interior das salas de aula das escolas de nível fundamental, médio e superior – e para a sociedade como um todo, é claro. Pois bem, a “embarcação” dos direitos humanos necessita, por um lado, de um casco que seja duro o suficiente para resistir às pressões dos opositores que desejam negá-los ou restringi-los e, por outro lado, de um motor com uma potência que seja capaz de impulsioná-los cada vez mais à frente.

Essa luta no investimento das políticas sociais precisa ser cada vez mais estruturada, dentro delas estão as políticas públicas referentes à educação que se constitui ao programa, os quais tem por meta também combater a vulnerabilidade social, construindo uma política de paz. A fim de diminuir a grande desigualdade social que assola o nosso estado e com essa intervenção trazer a relevância na luta e a uma maior equidade, assim como o artigo de Secchim, (1999) continua explicitando:

Ao tratar da especificidade da política social, não há como negar que é de grande valor e que é possível a sua concretude. Até porque não há como excluir do contexto histórico a desigualdade social, mas pode-se alcançar a sua restrição. O Estado detém papel relevante na política social, considerando uma instância de serviço público e um lugar importante de equalização de oportunidades. Um Estado democrático, pautado por valores humanísticos, não pode se eximir desta responsabilidade. É um dever do Estado da forma e cor nesse desenho estratégico de aprimorar os critérios de equidade do atendimento às famílias e grupos vulneráveis da população.

Dentro da mesma questão outro autor, Höfling (2001) enfatiza que políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo setor econômico.

Diante disso o profissional de Serviço Social vem lutar pela defesa da ampliação de políticas públicas, com o cumprimento do papel do estado, dentre essas políticas estão as referentes à educação que precisam ser de qualidade, e públicas como direito de todos. Os diversos atores precisam ser impulsionados a agir como protagonistas na tomada de decisões para também superar sua posição, sendo ouvido, expressar-se, trazer inquietações, pondo em questão o seu cotidiano.

2.2 O PET COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR

O Pet Conexões de Saberes tem como meta contribuir através de ações voltadas para o ensino-pesquisa-extensão, capacitar jovens universitários de origem popular na possibilidade em adquirir e produzir conhecimentos científicos, com uma proposta de incentivo financeiro que garante a sua permanência dentro das universidades e, a partir disso, intervir em seu dia-dia e na construção de sua vida acadêmica. Busca-se através do programa não apenas a permanência com qualidade dos alunos beneficiados, mas uma integração entre esse aluno e sua comunidade, aonde o participante venha a se tornar um protagonista de sua própria história. Incentivando outros através de sua caminhada acadêmica a vencerem com esforço e dedicação.

Quando se fala que o PET Conexões de saberes visa fornecer aos estudantes de origem popular uma educação integral, tem-se e a intenção de relatar que o aluno não vai apenas para a universidade assistir as aulas das disciplinas do seu curso, mas também se reunir com pessoas para discutir assuntos que possam incrementar sua formação, e posteriormente pôr em prática na sociedade.

De e acordo com o Manual de Orientações Básicas do PET (2006:9), o programa possui as seguintes características:

Formação acadêmica ampla, envolvendo conteúdo programático que evite uma especialização precoce e/ou aprofundamento, em uma ou mais disciplinas, subáreas e/ou linhas de atuação do curso de graduação;

Realização de atividades que envolvam ensino, pesquisa e extensão;

Interdisciplinaridade, que é fundamental para uma formação acadêmica condizente com o estágio atual de desenvolvimento da ciência. Esta característica é indispensável para os cursos de graduação que tenham interface com outras áreas/ subáreas do conhecimento;

Atuação coletiva, envolvendo obrigatoriamente a realização de atividades conjuntas pelos bolsistas que cursam diferentes níveis de graduação. As atividades de um grupo PET são planejadas de forma a manter um equilíbrio entre a participação individual e coletiva dos seus membros;

Interação contínua entre os bolsistas e os corpos discentes e docente do curso de graduação e pós-graduação, caso existam na instituição. A comunicação saudável e a troca permanente de informações entre os bolsistas e os alunos e professores dos cursos de graduação e de pós-graduação são condições essenciais para o bom desempenho de um grupo;

Contato sistemático tanto com a comunidade acadêmica como um todo quanto com uma comunidade externa à IES, promovendo a troca de experiências em processo crítico de mútua aprendizagem;

Planejamento e execução de um programa diversificado de atividades, além daquelas próprias da grade curricular da graduação.

O ensino sendo a principal forma de transmissão de conhecimento, instrui os indivíduos e os educa, por meio dos vários saberes, pode ser praticado de diversas formas, podendo ser através de capacitações, oficinas, seminários, grupos de estudos, dentre outros. Moran afirma que o “ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino se organizam uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a que compreendam áreas específicas do conhecimento”.

Em se tratando da pesquisa, Teodora *apud* Gatti (2003:3):

Vai desde uma busca de informações e localização de textos em materiais impressos e eletrônicos, até o uso de sofisticação metodológica e de teoria de ponta para abrir caminhos novos no conhecimento existente.

O PET Conexões de Saberes possui um tipo de pesquisa de âmbito acadêmico buscando assim, produzir um conhecimento que venha a contribuir para o progresso da ciência. Dentro do programa, a pesquisa tem como objetivo procurar respostas e com elas contribuir seja para o avanço da ciência e responder perguntas de interesses para a sociedade, pois ela tem interesse social, e por meio dela poderão surgir propostas diversas para determinados problemas. Sobre este assunto Gil (1999:42), especifica dizendo que a pesquisa tem um caráter sistemático de desenvolvimento do método científico.

A extensão é a possibilidade que a universidade tem de interagir com a população e como consequência a chance que os discentes têm de manter contato com o mundo que há além dos muros da universidade. Sendo a extensão uma prática de comunicação entre o meio acadêmico e a sociedade, isso proporciona a ligação entre comunidade e o meio universitário, causando assim, uma articulação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada na construção deste estudo foi da pesquisa qualitativa e pesquisa-ação. Sobre a primeira, Tripp (2005: 445) aborda:

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de pesquisa-ação, que é o termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.

A pesquisa-ação ocorre através do caráter deliberativo, nela a participação de todos é destacada, pois a mesma envolve todos os sujeitos com a intenção de intervir e dar continuidade no processo de investigação, isso pelo motivo de compreender o problema em questão.

Sobre a metodologia da pesquisa qualitativa, Neves *apud* Maanen (1: 1996):

Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos no mundo social; trata-se de reduzir a distância entre o indicador e o indicado, entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação (MAANEN, 520: 1979).

Dessa forma, através das técnicas acima citadas tem-se a intenção de fazer um estudo acerca das questões de permanência, as quais vão além das medidas de acesso ao ensino superior. Tal discussão sobre ações de políticas afirmativas e os processos de promoção da

igualdade efetiva, por meio dos marcos legais dessas ações, estão descritas na nossa Constituição e abrange uma discussão em diversos países, entre eles, destacam-se os Estados Unidos (GOMES, SILVA: 2003).

De acordo com Minayo (2000:22), propõe que em uma investigação social tem-se como objeto de estudo “gente, em determinada condição social, determinado grupo social ou classe, com suas crenças, valores e significados”. Com características de: ser histórico, pois se dá num tempo e espaço determinados; possuir consciência histórica, pois o pensamento e a consciência são frutos da necessidade num processo eminentemente histórico; existir identidade entre o sujeito e o objeto da investigação, uma vez que as ciências sociais investigam seres humanos que, apesar de diferentes, identificam-se por razões étnicas, de classe, etc.; toda ciência social é ideológica, propaga interesses e visões de mundo, o pesquisador a reflete desde a concepção do objeto até o resultado final da pesquisa, ser essencialmente qualitativo (DEMO *apud* MINAYO, 2000).

4. RESULTADOS

A seguir segue a análise dos resultados obtidos através da coleta de dados feita a partir da aplicação de questionários com os integrantes dos cinco grupos PET- Conexões de Saberes existentes na UFPE. O questionário procurou levantar informações de cunho socioeconômico, de modo que fosse possível identificar os principais fatores que influenciam no desempenho acadêmico dos participantes do programa.

Na amostra, foram observados participantes do programa de Educação Tutorial (PET) oriundos da classe popular que estudaram em escolas públicas ou foram bolsistas em escolas particulares. No quadro abaixo se pode observar que os/as estudantes que foram bolsistas em escolas particulares possuem, em média, rendimento acadêmico maior em relação àqueles que estudaram apenas no ensino público. Isto pode, consideravelmente, significar a existência de certa deficiência na construção da base educacional nas escolas públicas brasileiras acarretando esse fenômeno que pode ser visto durante a trajetória acadêmica de indivíduos oriundos desse sistema.

Quadro 1- Medidas descritivas do coeficiente acadêmico por tipo de escola onde o aluno do PET estudou o ensino fundamental e o ensino médio, UFPE, 2015.

Tipo de escola	Nº	Média	Desvio Padrão
Privada c/ bolsa de estudos	2	8,52	0
Pública e Privada	7	8,50	0,53
Pública	24	8,31	0,63
NR	2	7,93	1,37
Total Geral	35	8,33	0,63

Fonte: PET CONEXÃO GESTÃO POLITICA PEDAGOGICA

No quadro seguinte, procurou-se observar a influência que o quantitativo de pessoas que residem na mesma casa com o/a estudante pode ter sobre a construção educativa da família. Percebeu-se, com exceção do único estudante que mora só, que à medida que se aumenta o número de pessoas morando na mesma habitação a média do rendimento dos

estudantes diminuí. A análise desse dado propõe a existência de maior dificuldade de concentração, nas atividades acadêmicas, de discentes que possuem uma família maior convivendo na mesma residência.

Quadro 2 - Medidas descritivas do coeficiente acadêmico por intervalo de quantidade de moradores na casa do aluno do PET, UFPE, 2015

Nº de moradores	Nº	Média	Desvio Padrão
0	1	8,41	0
1 --3	8	8,67	0,57
3 --5	16	8,32	0,61
5 --7	5	8,18	0,72
>=7	5	8,07	0,85
Total Geral	35	8,33	0,64

Fonte: PET CONEXÃO GESTÃO POLITICA PEDAGOGICA

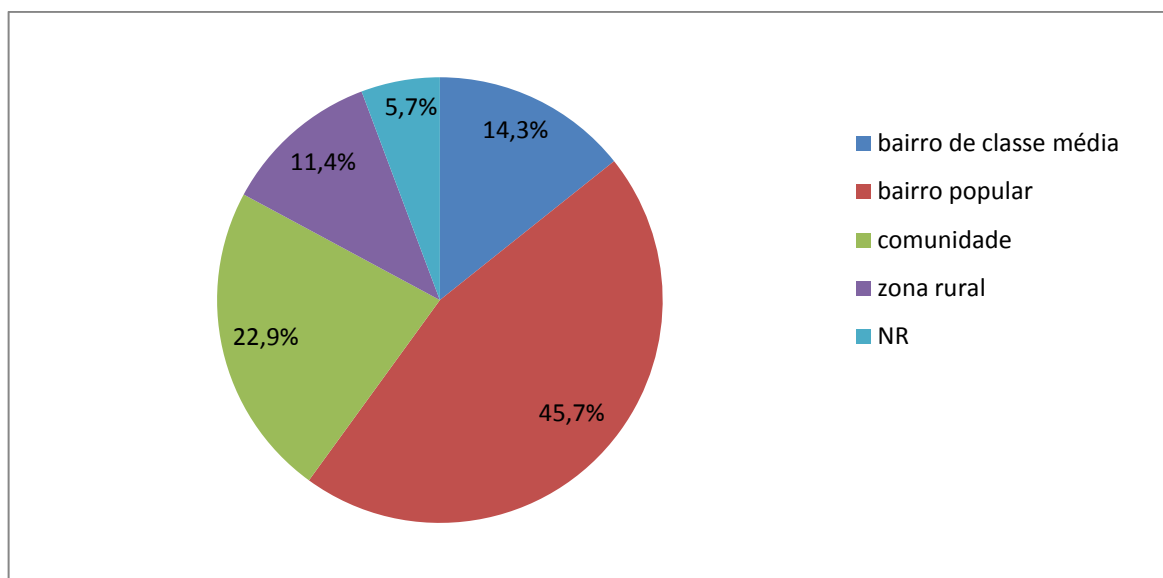
Também foram analisados, através das ferramentas, tabela e gráfico, os bairros que melhor representam as localidades onde vivem os participantes levando em consideração as classificações territoriais: Classe Média Alta, Conjunto Habitacional, Bairro Popular, Zona Rural e Loteamento Popular. Identificou-se que dentre os participantes do programa, a maioria reside em loteamentos populares. Em média, o rendimento destes estudantes é maior do que os que residem em bairros de outras classificações, seguidos de estudantes que moram na zona rural. Os resultados completos podem ser observados no quadro 3 e no gráfico a seguir.

Quadro 3 - Medidas descritivas do coeficiente acadêmico por tipo de bairro onde mora o aluno do PET, UFPE, 2015

Bairros	Nº	Média	Desvio Padrão
De classe média	5	8,04	0,72
Popular	16	8,52	0,63
Comunidade	8	8,37	0,42
Zona rural	4	8,43	0
NR	2	7,93	1,37
Total Geral	35	8,33	0,64

Fonte: PET CONEXÃO GESTÃO POLITICA PEDAGOGICA

Gráfico - Distribuição de alunos por tipo de bairro onde reside, PET, 2015



Fonte: PET CONEXÃO GESTÃO POLITICA PEDAGOGICA

Na tabela a seguir, foram analisadas as medidas descritivas do coeficiente acadêmico dos participantes do programa em relação ao rendimento familiar. Observou-se que a renda familiar da maioria dos integrantes dos grupos PET varia, em torno, de menos de um até dois salários mínimos. Em média, o rendimento acadêmico desses integrantes ficou abaixo do rendimento dos discentes que possuem renda familiar acima de três salários mínimos.

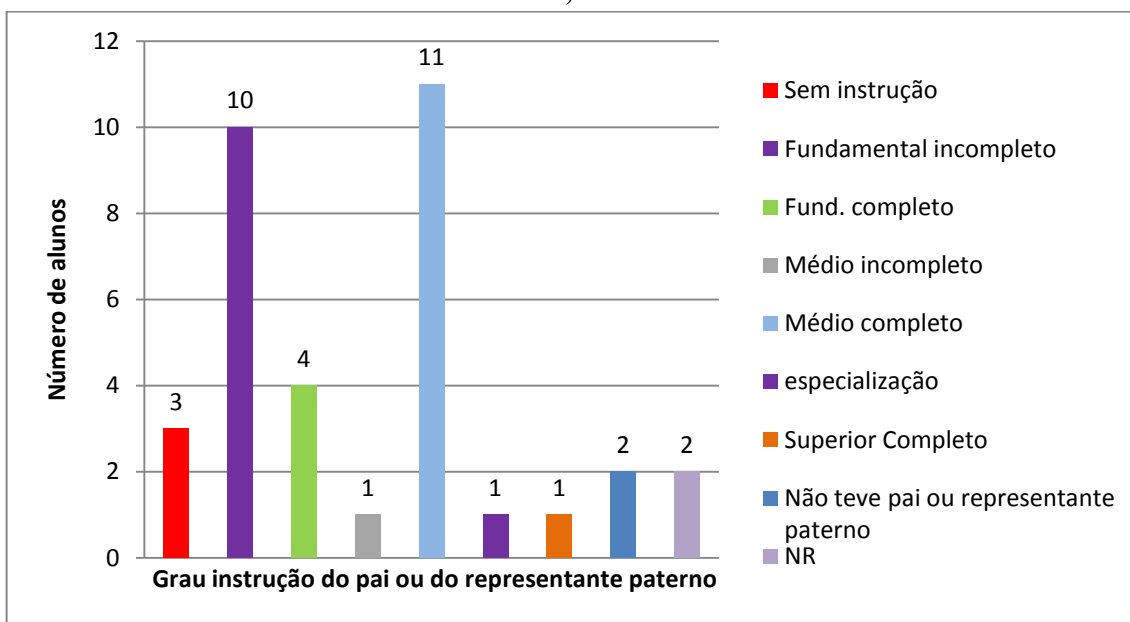
Quadro 4 - Medidas descritivas do coeficiente acadêmico por renda mensal em salários mínimos do aluno do PET, UFPE, 2015

Salários mínimos	Nº	Média	Desvio Padrão
Até 1 salário	13	8,24	0,52
De 1 a 2 salários	15	8,31	0,70
De 2 a 3 salários	2	8,60	0
De 3 a 4 salários	1	8,90	0
De 4 a 5 salários	1	8,73	0
De 6 a 8 salários	1	8,87	0
NR	2	7,93	1,37
Total Geral	35	8,33	0,63

Fonte: PET CONEXÃO GESTÃO POLITICA PEDAGOGICA

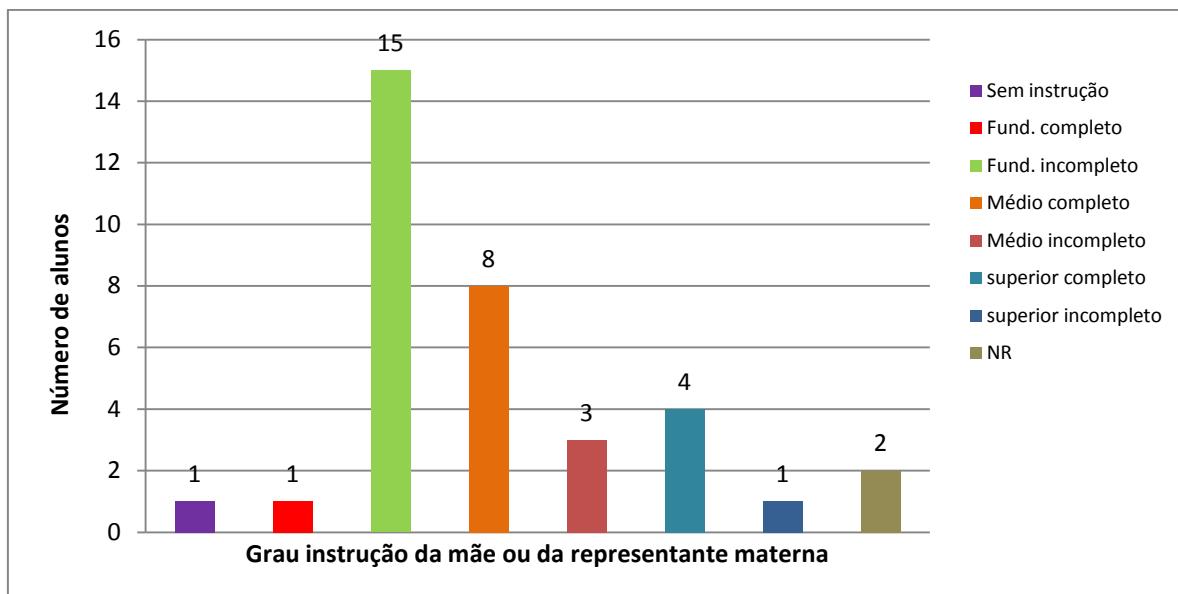
A seguir, pode ser observada nos gráficos a distribuição dos estudantes de acordo com a escolaridade dos pais ou representantes. No contexto do nível de formação educacional, houve a separação por gênero, entre mães e pais, pois na maioria dos lares dos estudantes de origem popular, geralmente, a mãe exerce o papel do chefe de família. Portanto, destacou-se essa temática político-social na hora de aplicação dos questionários. Observou-se também que há diferença entre níveis entre os pais e mães. Os pais, na sua maioria, possuem ensino médio completo ou não concluíram o ensino fundamental. Já grande parte das mães não concluiu o ensino fundamental.

Gráfico - Distribuição de alunos por escolaridade do pai ou da representante paterno, PET, 2015



Fonte: PET CONEXÃO GESTÃO POLITICA PEDAGOGICA

Gráfico - Distribuição de alunos por escolaridade da mãe ou da representante materna, PET, 2015



Fonte: PET CONEXÃO GESTÃO POLITICA PEDAGOGICA

Com base nas respostas dos participantes, percebe-se que os fatores socioeconômicos, como renda, nível de escolaridade dos pais, bairro onde reside e etc., agem ativamente no processo de formação acadêmica dos estudantes, como foi visto nos quadros expostos nesta seção, revelando a necessidade da criação de políticas que tornem menos difíceis os acesso e permanência de estudantes nas Instituições de Ensino Superior.

O Programa de Educação Tutorial – Conexões de Saberes, por meio de atividades que estimulam a tríplice pesquisa-ensino-extensão, busca minimizar a influência desses fatores agindo, consideravelmente, como um instrumento de políticas de ações afirmativas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo evidenciar o desempenho acadêmico dos bolsistas do Programa de Educação Tutorial PET Conexões de Saberes na Universidade Federal de Pernambuco. Ao todo 35 discentes, distribuídos entre os cinco grupos PET- Conexões de Saberes existentes na UFPE, responderam à pesquisa. Com base nas respostas obtidas, pôde-se conhecer o nível de desempenho de tais estudantes e identificar como alguns fatores socioeconômicos agem no processo de formação acadêmica destes. A análise de dados revelou que a média do rendimento de alunos que receberam bolsas de estudos em escolas privadas (8,50- privada com bolsa de estudos; 8,52- parte em escola pública e parte em escola privada) é maior do que o rendimento de alunos que estudaram, apenas, em colégios públicos (8,31). A pesquisa ainda mostra que o quantitativo de pessoas habitando na mesma casa que o estudante também atua no desenvolvimento educacional deste, a média do rendimento de estudantes que moram com apenas uma pessoa na mesma residência é de 8,57, enquanto a média de rendimento de estudantes que residem com um nº de pessoas maior ou igual a sete em uma mesma casa gira em torno de 8,07. Um percentual de 45,7% dos estudantes entrevistados mora em bairros de origem popular, e justamente estes possuem o maior rendimento acadêmico, em média 8,52, se comparados aos discentes que residem em outros tipos de classificação de bairro. A renda familiar é outro fator que exerce influência sobre o

desempenho acadêmico dos alunos; 37% dos integrantes dos Grupos PET entrevistados possuem renda familiar de até um salário mínimo e 43% até dois salários, as médias de rendimento acadêmico destes giram em torno de 8,24 e 8,31, respectivamente, ficando abaixo do rendimento estudantil de alunos que possuem renda familiar maior que três salários mínimos. A pesquisa contemplou também a verificação do nível de escolaridade de pais e representantes dos graduandos, observou-se que 31,42% dos alunos possuem pais com ensino médio, seguidos de 28,57% com pais que não concluíram o ensino fundamental. No caso das mães, 42,85% responderam que suas mães não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Diante deste contexto, salienta-se a necessidade da gestão educacional estar atenta a estudantes que se encontram em situações parecidas com as apresentadas neste estudo, promovendo políticas que facilitem o acesso e permanência destes nas Instituições de Ensino Superior. Sugere-se também a realização de novos estudos que busquem identificar os resultados obtidos pelo Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes como instrumento de ação afirmativa no ensino superior.

6. REFERÊNCIAS

ARCOVERDE; Ana Cristina Brito. **Avaliação dos Impactos Sociais e Econômicos dos Empreendimentos Solidários em Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.arcus-ufpe.com/files/semep10/semep1002.pdf>>. Acesso em 28 nov 2012.

ANDRADE, Cibele Yahn de. **Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social**. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>. Acesso em 11 set 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual de Operações Básicas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <<http://www.prograd.ufba.br/Arquivos/manualpet.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/revista/seriecadernos/vol24/artigo04.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

JEZINE, Edineide. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 2004.

JOSSO, MARIE-CHRISTINE. **A transformação de si a partir da narração de história de vida**. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2741/2088>. Acesso em: 24/01/2013.

MEC/SESU. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão/Retenção nas Universidades Públicas** Brasileiras. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1997.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONDAINI, Marco. **Luta pela cidadania e transformação social no Brasil pós-1988**. O Brasil no contexto. São Paulo: Contexto 2007. Direitos Humanos. 1ªEd. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades**.

Disponível em:

<http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012.

PIOVESAN, Flávia **Ações afirmativas no Brasil: Desafios e perspectivas**. In: CAMARGO, Marcelo Novelino. (org.) Leituras Complementares de Constitucional. Direitos fundamentais. 2. ed.; Salvador: Juspodivm, 2007.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. **O Projeto Profissional Familiar como Determinante da Evasão Universitária: um estudo preliminar**. Revista Brasileira de Orientação Profissional. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvpspsi.org.br/pdf/rbop/v6n2/v6n2a06.pdf>>. Acesso em: 15 fevereiro de 2010.

RISTOFF, D. (1999). **Universidade em foco: Reflexões sobre a educação superior**. São Paulo: Editora Insular, 1999.

SECCHIM, Deneci Nascimento. PETTENE, Helio. **O papel do Estado na materialização das políticas sociais**. Faculdade de Nova Venécia-Espirito Santo. MEC nº 1299, Diário Oficial da União, 1999.

SILVA, Aida Maria Monteiro. **Escola pública e a formação da cidadania: possibilidades e limites**. Faculdade de Educação- Universidade de São Paulo, 2000.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em: 28 de Julho de 2012.